



CADERNOS PENSE BRASIL VIRTUAL

DESAFIOS PARA 2021: TEMAS INTERFEDERATIVOS

Outubro/Dezembro de 2020 - Nº 8



DESAFIOS PARA 2021

CADERNOS
**PENSE
BRASIL**
VIRTUAL

**DESAFIOS PARA 2021:
TEMAS INTERFEDERATIVOS**

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2020

Diretor Presidente

Ricardo Coutinho

Diretor Vice-presidente

Alexandre Navarro

Diretor Financeiro

Francisco Cortez

Diretor de Estudos e Pesquisas

Carlos Amastha

Diretor de Organização

Fabio Maia

Conselho Curador

Presidente

Carlos Siqueira

Membros Titulares

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Felipe Martins

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Ricardo Coutinho

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

Suplente

Henrique Antão

Conselho Fiscal

Membros Titulares

Alessandro Antônio Stefanutto

Jônia Maria de Lima Pompeu

Thyago Henriques de O. Madruga Freire

Suplentes

Orlando José Felipe Castells

Luciana de Oliveira

Cadernos Pense Brasil

Coordenação-Geral

Fabio Maia

Coordenação Editorial

Márcia Rollemberg

Assessoria de Comunicação

Luciana Capiberibe

Edição

Cocreate Consultoria

Pesquisa e Texto

Adriana Silva

Fernanda Rosas Pires de Saboia

João Eduardo do Nascimento Fonseca

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Projeto Gráfico

Diagramação: Adriana Silva

Fotos da capa: Pessoas foto criado por jcomp - br.freepik.com

Revisão: Eva Barbosa

Assessoria de Comunicação e Redes Sociais

Muganga Criativa Comunicação Digital

Distribuição: Versão eletrônica

Tiragem: 3 mil exemplares

Acesso e *download*: <http://fjmangabeira.org.br/pensebrasil>

Catálogo na publicação (CIP)

F981b

Cadernos Pense Brasil Desafios para 2021: Temas Interfederativos.

Fundação João Mangabeira.

Editora FJM, 2020 - nº 8, outubro/dezembro.

48 p.il. color 21 x 27cm

1. Política - Brasil. 2. Interfederativo. 3. 2021

I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

ISSN 2674-7995

CDD 320

CDU 32 (81)



Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279

fjm@fjmangabeira.org.br

www.fjmangabeira.org.br

www.facebook.com/Fjoaomangabeira

twitter.com/fj_mangabeira

www.instagram.com/fjmangabeira

www.tvjoaomangabeira.org.br

www.observatoriodademocracia.org.br



APRESENTAÇÃO

Com todas as especificidades do ano de 2020, a Fundação João Mangabeira (FJM) seguiu produzindo conhecimento, provocando o debate e fazendo ponderações importantes para o cenário político do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Brasil.

Ao completar 30 anos de atividades, a FJM intensificou o quanto pôde suas produções. Celebrou o aniversário com a Semana Celso Furtado e o Seminário em versão de webinar, com a participação de instituições, profissionais e políticos de 14 países da América Latina, em um importante debate sobre a crise da democracia. Dois temas atuais que seguirão sendo repercutidos nas edições da revista *Politika*.

Sobre o *Pense Brasil*, a agenda não parou. Os encontros virtuais continuaram pautados pelas demandas da Nação e apresentando temas que precisam ganhar relevância no cenário político nacional. Nesta edição do Caderno *Pense Brasil*,

reunimos sete artigos produzidos a partir das contribuições dos debatedores especialmente convidados para cada encontro.

Ao debater A Reforma Administrativa Proposta pelo Governo, com as participações do Economista José Celso Pereira Cardoso Júnior, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e do Advogado Marcos Rogério de Souza, Assessor Jurídico da Liderança do PT no Senado Federal, foi possível estabelecer importante base para os debates que se seguiram.

O Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira, Alexandre Navarro, e o Economista e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, André Bojikian Calixtre, abordaram A Proposta de Orçamento Federal de 2021 e destacaram as formas de ataque ao povo brasileiro.

O tema Segurança Pública no Brasil: A Urgência por Novos Pactos pela Vida, contou com as participações do Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, e da Consultora em Segurança Pública, Isabel Figueiredo. Ambos os debatedores apresentaram o resultado do Anuário produzido pelo Fórum, com dados sobre 2019 e o primeiro semestre de 2020, repercutindo os impactos do isolamento social.

Para compreender a Realidade dos Trabalhadores da Cultura Brasileira em Contexto de Pandemia, a FJM convidou o escritor, criador e curador da Balada Literária, Marcelino Freire, e a Advogada, Produtora Executiva de Projetos Culturais nas áreas de audiovisual e literatura, Viviane Mendonça. Foi uma excelente oportunidade para que os debatedores validassem o estado permanente de crise da cultura, intensificado, com certeza, pelo estado de pandemia.

Com a aproximação das eleições municipais, o *Pense Brasil* de 9 de novembro reuniu a Cientista Política e Membro da Câmara de Pesquisadores do Serviço Brasileiro de Apoio às Associações e Fundações (Sebraf), Lara Mesquista, e o Cientista

Social e Coordenador do Curso de Pós-graduação em Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, Humberto Dantas. As análises anteriores às eleições foram confirmadas no dia 15 de novembro. Os/as prefeitos/as eleitos/as para as gestões municipais terão um sério desafio, acentuado pelas desigualdades sociais.

A reflexão promovida pelo Pense Brasil de 16 de novembro serviu para responder ao que aprendemos com os 20 anos de participação democrática e transparência no Brasil. As presenças da Deputada Estadual pelo PSB da Paraíba, Estela Bezerra, e do Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Wagner Romão, foram estratégicas para o debate. A junção de teoria e prática elucidou o tema com maestria.

O último encontro dessa rodada de debates, realizado em 7 de dezembro de 2020, apresentou a volta da fome no Brasil e proporcionou uma reflexão necessária, ainda que bastante trágica para o País. Ambos os participantes, o Ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, e o Presidente do Conselho Deliberativo da Organização Não Governamental (ONG) Ação da Cidadania, Daniel Carvalho de Souza, foram realistas sobre o momento histórico do Brasil e apresentaram perspectivas pouco positivas em caso de manutenção do estado atual da política.

O conjunto de textos desta edição do Caderno Pense Brasil compõe um importante documento de registro e apresenta um Brasil que, certamente, todos nós da FJM e do PSB queremos ver reformulado. A leitura, no entanto, é necessária, para o fortalecimento dos debates.

Ricardo Coutinho

Presidente da Fundação João Mangabeira



Manifesto Pense Brasil

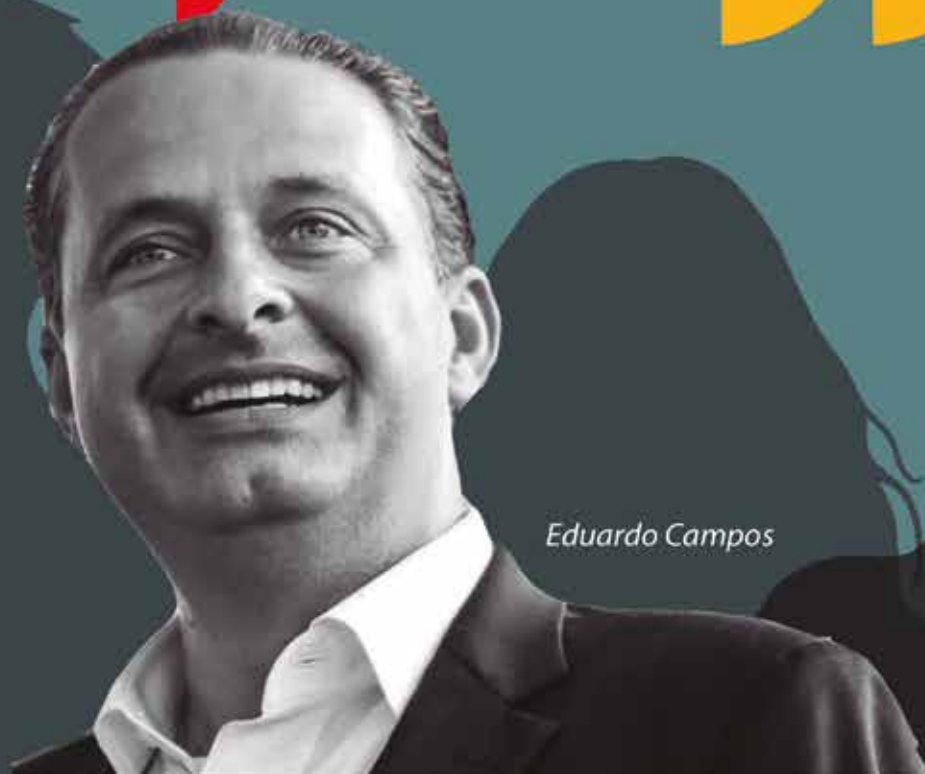
A favor de políticas públicas interfederativas para o enfrentamento dos desafios de 2021

Fundação João Mangabeira

“

NÃO
vamos
desistir
do **Brasil**

”



Eduardo Campos

Manifesto Pense Brasil

A favor de políticas públicas interfederativas para o enfrentamento dos desafios de 2021

Outubro/Dezembro de 2020

Compreendendo as diversas manifestações realizadas durante os eventos Pense Brasil “Desafios para 2021: Temas interfederativos”, ao longo dos sete encontros virtuais promovidos nos meses de outubro a dezembro de 2020;

Considerando as colocações realizadas e seu potencial propositivo, firma-se, por meio deste documento, o Manifesto da Fundação João Mangabeira a favor de políticas públicas interfederativas para o enfrentamento dos desafios de 2021.

A FJM defende como prioridades absolutas e estratégias de ação neste campo:

1. Articulação entre todos os representantes da esquerda para a construção de uma agenda progressista comum a favor das políticas públicas interfederativas;
2. Atuação interna no Partido Socialista Brasileiro para combater os efeitos negativos da PEC 241/55 do Teto de Gastos Públicos;
3. Compromisso com as pautas interfederativas para uma nova hegemonia com ênfase no bem-estar, na educação, na saúde, no trabalho e renda e na cultura;
4. Combate à supremacia da federação em relação aos demais entes federativos;

5. Permanência e aprimoramento do auxílio público aos brasileiros afetados econômica e socialmente pela pandemia;

6. Regulação e socialização das mídias sociais e instrumentos de comunicação a fim de promover modelos de governança que expandam a participação cidadã;

7. Fortalecimento dos estados e dos municípios para os atendimentos necessários e precisos às vítimas sociais da pandemia;

8. Criação e fortalecimento de novas matrizes para o desenvolvimento social e econômico nas cidades e no campo;

9. Fortalecimento de políticas para criação de postos de trabalho e criação de renda;

10. Criação e fortalecimento de políticas públicas para o desenvolvimento da Economia Criativa e apoio aos trabalhadores da Cultura;

11. Atenção aos dados e análises produzidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a fim de criar políticas de combate à violência.



PROGRAMAÇÃO EDIÇÃO VIRTUAL

A Reforma Administrativa Proposta pelo Governo

12 de outubro



José Celso Pereira Cardoso Júnior
Economista, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Marcos Rogério de Souza
Advogado, Assessor Jurídico da Liderança do PT no Senado Federal



Fabio Maia
Tamara I. Crantschaninov
Mediadores



A Proposta de Orçamento Federal de 2021: Ataques ao Povo Brasileiro



19 de outubro

Alexandre Navarro
Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira

André Bojikian Calixtre
Economista, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Fabio Maia
Tamara Ilinsky Crantschaninov
Mediadores



EDIÇÃO VIRTUAL PROGRAMAÇÃO

Segurança Pública no Brasil: A Urgência por Novos Pactos pela Vida

26 de outubro

Isabel Figueiredo

Consultora em Segurança Pública,
Membro do Conselho de Administração
do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Renato Sérgio de Lima

Diretor Presidente do Fórum Brasileiro
de Segurança Pública, Professor do
Departamento de Gestão Pública da FGV

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov
Mediadores



Trabalhadores da Cultura brasileira em contexto de pandemia

2 de novembro

Marcelino Freire

Escritor, criador e Curador
da Balada Literária

Viviane Mendonça

Advogada, Produtora Executiva de
Projetos Culturais
(audiovisual e literatura)

Fabio Maia
Adriana Silva
Mediadores



PROGRAMAÇÃO EDIÇÃO VIRTUAL

Os Desafios dos/as Prefeitos/as em 2021



9 de novembro

Humberto Dantas

Cientista Social e Coordenador do Curso de Pós-graduação em Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas

Lara Mesquista

Cientista Política, Membro da Câmara de Pesquisadores do Serviço Brasileiro de Apoio às Associações e Fundações (Sebraf)

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Mediadores

O que Aprendemos com os 20 anos de Participação Democrática e transparência no Brasil?



16 de novembro

Wagner Romão

Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Estela Bezerra

Deputada Estadual pelo PSB/PB

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Mediadores

EDIÇÃO VIRTUAL PROGRAMAÇÃO

A Volta da Fome no Brasil

7 de dezembro

José Graziano da Silva

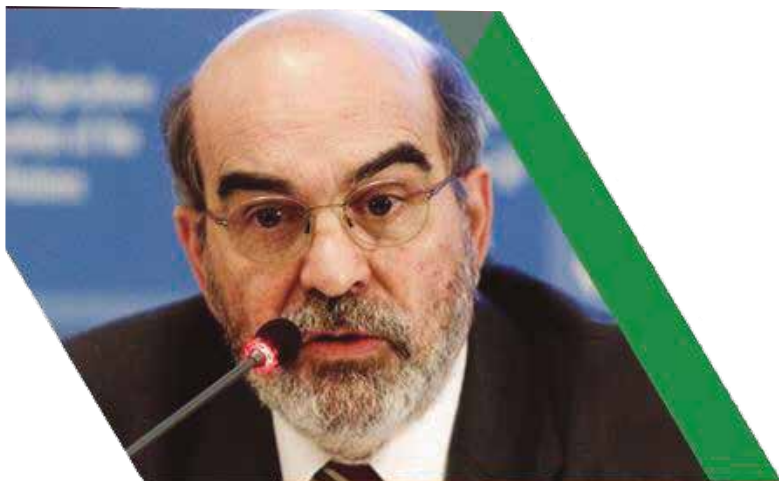
Engenheiro Agrônomo,
Ex-Ministro de Segurança Alimentar
e Combate à Fome


Daniel Carvalho de Souza

Documentarista,
Presidente do Conselho Deliberativo
da ONG Ação da Cidadania

Ricardo Coutinho

Moderador





A Reforma Administrativa Proposta pelo Governo

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Economista, Técnico de Planejamento e Pesquisa
do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Marcos Rogério de Souza

Advogado, Assessor Jurídico da Liderança do
PT no Senado Federal

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Mediadores

A Fundação João Mangabeira (FJM) retomou os debates do Pense Brasil, em outubro de 2020, com um tema que segue, por longa data, na pauta dos políticos que atuam em Brasília. A reforma administrativa deixou de ser uma opção para figurar como uma necessidade de qualificação do projeto de Nação que o Brasil precisa para equacionar seus problemas de gestão. Entretanto, a proposta do governo não consegue garantir o avanço esperado sob o ponto de vista da soberania do País.

Com a mediação de Tamara Crantschaninov e participação do Diretor de Organização da FJM, Fabio Maia, o encontro virtual abriu espaço para os debatedores José Celso Pereira Cardoso Júnior, Economista e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Marcos Rogério de Souza, Advogado e Assessor Jurídico da Liderança do PT no Senado Federal.

Fabio Maia abriu a atividade fazendo considerações sobre os resultados das reformas trabalhista e previdenciária. O Diretor da FJM constatou os malefícios das duas propostas evidenciando que a primeira, embora promettesse geração de novos empregos, fortaleceu as relações de precariedade de uma grande massa de trabalhadores. E, a segunda, prometendo um futuro melhor, extinguiu assistências consolidadas, principalmente para quem mais precisa.

Para Maia, o governo está, outra vez, fazendo promessa irrealizável. “Eles estão utilizando o argumento da ampliação da eficácia e da eficiência do serviço público para convencer a todos que a reforma administrativa proposta é a melhor opção para o Brasil.”

O Economista José Celso iniciou chamando a atenção para um aspecto relevante. Segundo ele, mais do que uma reforma administrativa, a proposta que tramita em Brasília é parte de uma reforma fiscal iniciada em 2015, com medidas intensificadas a partir de 2016. “A aprovação da Emenda 95, que define o teto de gastos, por exemplo, é um marco negativo desse processo.”

Sob o comando do novo governo, outras Propostas de Emenda à Constituição, como é o caso das PECs 186, 187 e 188, que atacam diretamente as políticas sociais nos campos da saúde, educação e ciência e tecnologia, escancaram a falta de compromisso da gestão com a horizontalidade. “A PEC 32, que é propriamente a proposta de reforma administrativa, segue essa mesma linha de promover um ajuste fiscal abrangente, profundo e veloz. Somente os setores policial e judicial ficam fora dessa reformulação”, asseverou José Celso.

O Economista explicou, ainda, que o ajuste pode ser identificado como profundo, em especial, porque “não se destina apenas a fazer mudanças paramétricas na forma de funcionar dos ministérios, mas pretende alterar estrutural e qualitativamente o modelo de relação do Estado com a sociedade e do Estado com o mercado por meio das suas políticas públicas”.

Sobre ser uma ação veloz, José Celso referiu-se ao pouco tempo disponível para debate e maturação, considerando a complexidade do tema. Para ele, tudo tem sido atropelado, ou, mesmo, negligenciado. “Tem sido feito a toque de caixa.” Para exemplificar, o Economista lembrou do acordo realizado no início do período de isolamento, que nenhuma reforma passaria até o fim da pandemia.

Na avaliação de José Celso, poucas ações estão vinculadas ao administrativo da gestão pública. O pior é que as medidas propostas nessa área, segundo ele, não são positivas. “O que essa PEC traz de paradigmático para a administração pública é, na verdade, negativo, sob o ponto de vista do impacto sobre o funcionamento do Estado brasileiro e, sobretudo, para a prestação do serviço à população.”

Marcos Rogério de Souza acrescentou ao debate a versão do Direito e voltou à Constituição de 1988, que garantiu direitos de cidadania, civis e políticos, com destaque para os direitos sociais, culturais, ambientais, econômicos; acesso à saúde, educação, assistência, moradia. Direitos universais,

disse o Advogado, que não serão concretizados se o Estado não estiver preparado para implementar políticas que os garantam.

Marcos Rogério explicou não estar se referindo a um modelo de Estado máximo, mas de um Estado de bem-estar social, conforme apregoado na Constituição de 88. “Estava previsto, no documento, que, para as políticas serem continuadas, era fundamental a profissionalização do setor público. Mas esse Estado de bem-estar social começou a ser demolido de forma muito contundente, a partir de 2016.”

Para evidenciar sua assertiva, o Advogado explicou a PEC 95, que estabeleceu um teto para o financiamento do Estado e o fez afirmando que, ao limitar, a emenda condicionou o Estado a ficar abaixo, com o prejuízo de cortes de direitos. “Esse teto é absolutamente inviável”, disse ele.

Segundo Marcos Rogério, a reforma administrativa em tramitação “é irmã siamesa” da reforma trabalhista. Ambas as propostas visam a efetivar cortes de gastos. “No caso da trabalhista, mesmo não tendo grande impacto de redução de despesas, alterou profundamente a agenda de direitos”, esclareceu o Advogado.

Todas as políticas desse governo - e, nesse caso, Marcos Rogério incluiu a Lei Complementar 173, aprovada em maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, - “alteram a essência do Estado brasileiro - para que deixe de ser um Estado de bem-estar social, prestador de serviço à população que mais precisa, para ser um estado mínimo, de índole neoliberal”.

A ideia de privatizar a administração pública está no centro do debate, contrariando a proposta do Partido Socialista Brasileiro, validada mais recentemente no seu documento de autorreforma.

Para Marcos Rogério, ao permitir que a PEC altere o Art. 37 da Constituição, que já estabelece a obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e apresentar o princípio de imparcialidade sem a clareza

necessária, deixa exposto o próprio servidor em momento oportuno de avaliar o resultado negativo de uma política. “Essa proposta de imparcialidade está muito mais próxima da ideia de escola sem partido”, comentou o debatedor.

Entretanto, segundo Marcos Rogério, o princípio que mais descaradamente exhibe a essência da reforma proposta pelo governo é o chamado princípio da subsidiariedade. “Em países capitalistas, como é o caso do Brasil, em que nós temos uma Constituição que organiza o Estado e a sociedade, o princípio da subsidiariedade é aplicado à ordem econômica”, explicou.

O alerta a ser feito, em relação a esse princípio, é que ao determinar “não ser permitido a oferta de serviço público havendo um similar na iniciativa privada, sugere a privatização de serviços como educação e saúde”.

Marcos Rogério intensificou sua afirmação referindo-se às ideias de Milton Friedman, em especial sobre texto publicado no “The Wall Street Journal”, em 2005, certificando que o Estado tinha que garantir educação às crianças, mas não precisava construir escolas e pagar professores. “Basta que o Estado entregue para o cidadão um cupom, um *voucher*, porque aí, de posse desse cupom, o pai da criança escolhe a escola privada mais próxima e que melhor atenda ao seu filho.”

A penalidade de uma política privatizadora como a descrita, seguiu explicando o Advogado, é que o valor unitário por criança seria tão baixo que não haveria como garantir a qualidade, quebrando qualquer chance de horizontalidade.

O Economista José Celso contribuiu para o debate acrescentando que as ideias do governo convergem para um projeto ideológico chamado de liberal fundamentalista. “Está claro que eles querem alterar a forma de organizar o Estado brasileiro e mudar as formas como esse Estado se relaciona com a sociedade e com o próprio setor privado.”

Referindo-se aos seus estudos, José Celso



apresentou algumas dimensões que se relacionam com o processo em andamento proposto pelo governo. Sobre a subalternidade externa, disse ele que, em sua análise, “mudou recentemente a relação do Brasil com o resto do mundo, alterando uma política ativa e altiva da relação com outros países, numa relação de subalternidade plena e absoluta aos Estados Unidos, praticamente, que dita a política externa e a política interna brasileira e isso já estrin-gue os graus de liberdade do nosso País, no que diz respeito à possibilidade de criar alternativas próprias de desenvolvimento”.

Ao abordar o modelo de governo, o Economista evidenciou práticas de “desrepublicanização e desdemocratização” da estrutura de Estado e da própria sociedade brasileira. “A Constituição de 88 trazia em si um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O Art. 3º da Constituição, de tornar o Brasil um país não só soberano, mas igualitário e combater as desigualdades, deveria balizar as políticas. Esse era um projeto para o qual se exigia determinado tipo e tamanho de Estado. Um Estado capaz de ofertar políticas públicas no sentido da homogeneização social e territorial do País. É algo que ainda está por ser feito.”

Outro ponto tratado por José Celso foi quanto ao assédio institucional no setor público. Para ele, é quase que um método desse atual governo, no sentido de constranger a administração pública, os órgãos da administração pública, as políticas públicas e os servidores, em último caso.

Sobre o tema da privatização, o Economista organizou as práticas em áreas de atuação. Iniciou falando da privatização das estatais, “que é um fator numa dimensão mais conhecida e evidente, mundo afora e no Brasil, de transferir ativos estratégicos para o setor privado. No caso atual, não apenas para o setor privado, mas para o setor privado integracion-al. O processo atual de privatização é duplamente ruim, porque não só transfere ativos estratégicos, numa fase do ciclo econômico que é de baixa, mas é

um processo associado também a uma dimensão de desnacionalização desses ativos”. E seguiu abordando a privatização das políticas públicas e a privatização das próprias finanças.

Em relação à reforma administrativa, José Celso concluiu que não pode ser vista como isolada desse conjunto mais amplo de práticas adotadas pelo governo, deixando claro seu aspecto fiscalista e também privatista.

Fabio Maia, ao direcionar sua pergunta ao Advogado Marcos Rogério, referiu-se ao Art. 84 da PEC 32 de 2020, que garante poderes ao Presidente da República para extinguir órgãos e estruturas da administração e incitou os debatedores a refletirem sobre o retrocesso autoritário.

Para melhor conduzir sua fala, o Advogado esclareceu que o Art. 84 permite que o Presidente, por decreto, reorganize o conjunto da administração pública. “E quando a gente fala que é por decreto, significa que ele não precisa passar pelo Congresso Nacional, não precisa ouvir o Poder Legislativo. E isso é muito grave”, reiterou o debatedor.

Não sem motivo, a estrutura política organiza um regime de freios e contrapesos entre o Executivo e o Legislativo. Trata-se de iniciativa fundamental, para garantir o equilíbrio dos poderes. Entretanto, lembrou o advogado, “a reforma em tramitação retira esse instrumento, permitindo ao Presidente da República, por exemplo, extinguir Ministério, fundir e subdividir órgãos, sem ouvir o Congresso Nacional”.

Para Marcos Rogério, no entanto, sobressai a preocupação quanto ao que determina o Art. 84, que é a possibilidade de o Presidente reorganizar os


cargos públicos efetivos. “Por decreto, sem ouvir o Congresso Nacional, o chefe do Executivo poderá reorganizar todas as carreiras públicas; fundir carreiras; reduzir o número de cargos e de carreiras; tudo isso sem o devido debate, sem a devida maturação.”

De volta ao debate, o Economista José Celso tratou dos problemas causados pela PEC 32 e referiu-se a uma iniciativa, em especial, que, segundo ele, corre na linha paralela como medida infraconstitucional que cerceia a liberdade sindical e a possibilidade de organização dos trabalhadores dentro do setor público.

Incentivado pela mediadora Tamara Crantschaninov, o Advogado Marcos Rogério tratou de outros artigos da PEC 32. O debatedor comentou que o Art. 39 introduz mudanças significativas ao não permitir que o governo crie qualquer forma de benefício para as empresas estatais. “A PEC exige que as empresas estatais se submetam integralmente à lógica privada. Então, reforça esse caráter privatista”, explicou Marcos Rogério.

Sobre a estabilidade do servidor, a PEC, se aprovada, impedirá que, num processo de negociação coletiva entre as estatais e os sindicatos, haja cláusula de proteção do emprego. O documento permite, ainda, a contratação de profissionais para trabalharem nas empresas estatais sem concurso público, por meio do processo seletivo simplificado.

Ao final, em diálogo com os participantes do Pense Brasil Virtual, os debatedores responderam a perguntas e enfatizaram que o texto da PEC 32, definitivamente, promete mudanças que não conseguirá concretizar.



A Proposta de Orçamento Federal de 2021: Ataques ao Povo Brasileiro

Alexandre Navarro

Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira

André Bojikian Calixtre

Economista, Técnico de Planejamento e Pesquisa
do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Mediadores

Com as participações do Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), Alexandre Navarro, e do Economista e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), André Bojikian Calixtre, a mediadora Tamara Crantschaninov abordou a proposta de orçamento federal para 2021. O Diretor de Organizações da FJM, Fabio Maia, ao saudar a todos/as, deixou evidente a concordância dos participantes de que o documento proposto é um ataque ao povo brasileiro.

Alexandre Navarro deu o tom da conversa lembrando as mais de 154 mil mortes registradas no Brasil até aquele momento, decorrentes da Covid-19. Para introduzir o tema, o Vice-Presidente da FJM referiu-se ao Art. 166 da Constituição quanto ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e criticou a falta de planejamento dos governos deixando o País na incerteza. Sobre as disparidades na tributação no Brasil, Navarro lamentou o pagamento regressivo. “Os mais pobres pagam mais percentualmente à sua renda do que os mais ricos. Os mais ricos - 0,3% da população -, pagam em média 6,7% de impostos. A grande maioria paga muito mais, algumas vezes muito mais do que aquilo que pode.”

Um alerta feito pelo debatedor exhibe a fragilidade de acompanhamento por instituições externas ao governo. Segundo ele, apresentar 66 programas, metas e objetivos, sem detalhamento, inviabiliza conhecer o processo e avaliar os resultados. “Não há como avaliar qualitativamente”, concluiu Navarro. Outra crítica refere-se aos prazos. Não há cumprimento do calendário legal. “O Congresso não votou ainda a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nem mesmo a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que estuda, com deputados e senadores, o PPA e os créditos suplementares e especiais, foi instalada.”

André Bojikian Calixtre apontou que, ao invés de debater como será o projeto de renda cidadã, o

governo deveria se preocupar em fortalecer o Bolsa Família, fazendo novos recortes de renda e aproveitar a experiência adquirida nos mais de 13 anos do programa para avançar a partir daí. A lógica do especialista está respaldada por análises de política públicas. “Essa ideia de criar um programa do nada ou uma disputa de marcas de governo, na minha visão de longo prazo do Estado, não costuma terminar bem. Normalmente, os programas têm expertises que demoram muito tempo para se desenvolver e o governo que aproveita essa expertise da gestão anterior costuma se sair melhor do que um governo que quer reinventar a roda.”

Calixtre fez questão de diferenciar auxílio emergencial de Renda Cidadã. Para ele, o período pós-pandemia exigirá atuação muito presente do governo com as populações mais atingidas. “Boa parte dos postos de trabalho, especialmente os postos mais precarizados, mais informais e relacionados a serviços, vão demorar um tempo muito maior do que o final da pandemia para reaparecer. Se é que vão reaparecer, porque há transformações tecnológicas vindo no bojo dessa pandemia.”

O economista avalia um programa de renda mínima como estratégia necessária para o equilíbrio do capitalismo que, segundo ele, vem sendo desenhado como algo contrário ao pró-emprego. Para evidenciar sua assertiva, Calixtre explicou que a motivação primeira do auxílio emergencial era permitir que a população cumprisse o isolamento social para evitar a contaminação.

Com o objetivo de ser didático e permitir a compreensão de todos/as os/as presentes, o economista avaliou que, documentalmente, a pandemia termina em 31 de dezembro de 2020, já que, a partir de 1º de janeiro de 2021, a proposta é a retomada do estado de normalidade. “O gasto primário teve um crescimento de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) durante 2020 e esses 8% do PIB vão desaparecer em 2021. Então, o impacto

econômico desse sumiço de 8% do PIB é inacreditável, é incomensurável. Eu não tenho a menor ideia do que é uma economia com 8% do PIB de ajuste fiscal, que é o previsto pelo projeto de Lei Orçamentária de 2021. Porque ele simplesmente pega todo o crescimento que teve emergencial para o orçamento de guerra e lima esse crescimento, que para de existir e a gente volta ao orçamento de 2019, com um ajuste inflacionário. Então, o impacto recessivo disso, historicamente, no capitalismo, não existe. Não há uma economia que tenha feito um ajuste fiscal de 8% do PIB em um ano. Isso não tem exemplo na história.”

Para intensificar essa análise de crise, Calixtre ponderou sobre os reais números do desemprego. Diferente do anúncio de 13 milhões de desempregados no País, uma Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad), em edição especial focada nas consequências da Covid, afirma haver monitoramento de 26 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, das quais 15 milhões não procuraram por emprego, durante a semana de referência da pesquisa; especificamente por causa da pandemia, permitindo uma variação ainda maior desse número. “Ao desaparecer o auxílio emergencial, e todo mundo tiver que procurar emprego, pelo menos vai dobrar, no ano que vem, a taxa de desemprego.”

Sobre o teto de gastos de 2021, há prenúncio de uma tragédia fiscal, com consequência social, porque o fechamento de serviços públicos será inevitável. Para o economista, essa avaliação tem alcance para a próxima década. “O que está acontecendo agora, não vai acabar com a vacina. Eu acho um erro imaginar essa questão”, explicou Calixtre, que foi enfático ao citar a tragédia que será para o Brasil uma segunda onda da pandemia.

Pensando em saídas para o País, o economista mencionou a proposta debatida no Senado sobre liberar uma parte de investimentos públicos em áreas estratégicas, para 2021/2022, e, a partir de

2023, adotar uma regra fiscal mais próxima do crescimento do PIB do que da inflação.

Outra alternativa, para o economista, é uma postergação do estado de calamidade por mais seis meses, utilizando a parcela não paga do orçamento destinado a esse período.

Seguir o teto de gastos, segundo Calixtre, significa um efeito fiscal extremamente brutal, que vai impactar todos os setores e, provavelmente, paralisar o Estado, num momento em que os agentes privados estão em pânico. “Esse é o cenário bastante provável, também, caso se mantenham as diretrizes de política econômica que estão se desenhando agora.”

Muito pessoalmente, o economista enfatizou que derrubaria o teto e trocaria a regra fiscal por outra baseada em crescimento da produtividade; melhoria do salário mínimo; e aumento das rendas do trabalho em relação a outras rendas. “Nós temos que remodelar a proposta, porque o teto de gastos está levando ao menor nível de investimento público da nossa história, num país subdesenvolvido, e a um ajuste fiscal, na prática, nunca visto no capitalismo global. E isso vai levar a uma recessão com consequências irreversíveis. Essa é a discussão madura que a gente tem que fazer.”

A fim de reforçar suas defesas, André Bojkian Calixtre apresentou alguns números. “Cada real gasto em Bolsa Família, em educação e saúde, gera mais de R\$ 1,7 na renda das famílias e, ainda por cima, diminui a desigualdade. Eles têm um efeito redistributivo, e investimento público em infraestrutura, que aumenta a produtividade global da economia e a capacidade dela de gerar excedente para você redistribuir depois.”

Para o Vice-Presidente da FJM, Alexandre Navarro, existem várias *performances* legais para discutir como se executam os orçamentos e as receitas anuais, independentemente da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu, em 2016, o teto de gastos. “Nós temos a regra de ouro. Para a

regra de ouro, agora em 2021, estão previstos R\$ 454 bilhões. Em 2020, foram R\$ 376 bilhões. O que significa isso? Que R\$ 454 bilhões só poderão ser gastos, só poderão ser executados, se o Poder Executivo enviar ao Congresso Nacional um projeto de crédito suplementar e o Congresso aprová-lo. Você não pode criar despesa com pessoal a partir de refinanciamento ou financiamento da dívida”, explicou Navarro, para quem é um absurdo vincular despesas obrigatórias com envio de crédito suplementar e refinanciamento da dívida com despesas obrigatórias.

A fim de contribuir com a análise anterior do economista, sobre o desemprego, Navarro acrescentou a questão tecnológica. Para ele, a tecnologia da informação surge para desempregar estruturalmente. São vagas não recuperáveis. “Essas pessoas que perderem o posto de trabalho pelo desemprego estrutural advindo da tecnologia da informação, do conhecimento, da desmaterialização do trabalho, através de 5G, de data mining, de vários procedimentos, robôs, autômatos, não se recolocarão no mercado.”

Em relação ao teto de gastos, Alexandre Navarro entende como um problema grave. “Em 2015, quando a China reduziu de 9% para 6%, em média, o seu crescimento, o governo aumentou 26% o investimento em pesquisa e desenvolvimento, em ciência, tecnologia e inovação.” A história está aí para mostrar o potencial do país.

Certo de que alguns investimentos geram mais resultados do que outros, Navarro enfatizou com números. “O 1% em investimento em ciência e tecnologia são 9% de resultado no PIB para qualquer país.” Novamente, referiu-se à China, lembrando que, no final do século passado, o país tinha 256


patentes depositadas na Organização Mundial de Propriedades Intelectuais. Em 2018, já eram 58,9 mil patentes depositadas.

Para esclarecer os problemas no Brasil, Alexandre Navarro lamentou que as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) só estão garantidas por três meses, no orçamento de 2021. “E são 80 mil bolsas de pesquisas que, para os nove meses seguintes, dependerão do teto de gastos.”

Provocado pela mediadora a refletir sobre o aumento do salário mínimo, não maior do que o repasse inflacionário de 3,19%, o Vice-Presidente da FJM atualizou a todos sobre os números da miséria. “São 13,9 milhões de miseráveis extremos, pessoas que ganham menos de R\$ 140 reais por mês. Temos 51 milhões de pobres, pessoas que ganham abaixo de R\$ 416 reais por mês. Esse número de 51 milhões vai passar a ser 66 milhões, segundo os dados da Pnad Covid. Você vai ter essa miséria extrema, essa pobreza. E qual é o trabalho que você vai conseguir ocupar?”

Navarro asseverou que a continuidade do Bolsa Família é fundamental para minimizar esse impacto, mas, como André Calixtre, também reiterou que muitos ajustes precisam ser feitos.

Os debatedores seguiram tratando do mundo do trabalho e os desafios dessa nova década e apontaram que o resultado da Reforma Tributária dará indicadores do que está por vir. Nesse sentido, ambos os participantes questionam a proposta em trâmite e André Calixtre deixou clara sua aprovação para o modelo de reforma tributária solidária, que concentra muito mais as expectativas dos partidos progressistas.



Segurança Pública no Brasil: A Urgência por Novos Pactos pela Vida

Renato Sérgio de Lima

Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV

Isabel Figueiredo

Consultora em Segurança Pública, Membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Mediadores

O Pense Brasil do dia 26 de outubro de 2020, sobre segurança pública no Brasil, com as participações de Renato Sérgio de Lima e Isabel Figueiredo, especialistas no tema, mediação de Tamara Crantschaninov e participação do Diretor de Organizações da Fundação João Mangabeira (FJM), Fabio Maia, começou abordando o resultado do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado na semana anterior ao encontro virtual que avalia o ano de 2019 e o primeiro semestre de 2020. “Devido à pandemia, pela primeira vez, o Fórum fez um balanço semestral, para tentar entender as mudanças ocorridas nesse período inicial do isolamento”, explicou a consultora Isabel Figueiredo

O Fórum, segundo seu diretor, Renato Sérgio de Lima, é uma entidade criada há 14 anos e atua no formato de rede com a participação de pesquisadores e profissionais da segurança pública: policiais, juízes, promotores, em 24 dos 27 estados do País. Sistematizado em dois eixos fundamentais: fortalecimento do diálogo entre os diversos atores sociais desse campo, e produção de informação sobre segurança pública, os profissionais que atuam no Fórum buscam apresentar modelos de como melhorar a segurança no Brasil. O anuário, publicado desde 2007, tem como objetivo organizar as informações de mais de 60 fontes de dados diferentes que compõem um retrato bastante fiel da realidade brasileira.

Isabel Figueiredo, já na saudação, lamentou os resultados da violência no País, mas informou haver um alento, que é o fato de a população estar se apropriando do tema e cobrando mais atenção dos gestores públicos, mantendo, assim, a pauta em evidência.

A primeira problematização apresentada por Renato foi sobre a política da segurança não estar muito bem resolvida na Constituição Federal, em relação às responsabilidades dos entes federados. “Nós não temos, no Brasil, um órgão que sinalize,

produza, ou tenha a atribuição legal de criar indicadores sobre segurança, polícia, comunidade”, explicou o especialista, intensificando que essa ausência é muito prejudicial para a produção de políticas públicas. “Existe um esforço, há muito tempo, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, de criar tais sistemas, só que esbarra na boa vontade, ou não, dos Estados em enviarem os dados”, concluiu.

A consultora Isabel Figueiredo reiterou que o Fórum vem ocupando esse espaço vazio, essa lacuna, e tem se superado a cada edição, com mais profundidade, mais dados e sempre maior abrangência. “O documento já tem muito corpo, pauta o tema da segurança, os debates, as matérias de jornal, etc., mas ainda assim é curioso ver como, a cada ano, encontra-se mais espaço para ser ocupado e uma ocupação que é necessária para o País, para a gente ter a informação, como um todo, do País. Então é algo que dá muito orgulho.”

Metodologicamente, Renato explicou que o Fórum foi se aperfeiçoando para fugir do debate jurídico. Para ilustrar essa assertiva, citou o exemplo do questionamento sobre se uma morte decorrente de intervenção policial é, ou não, crime, em função da excludente de ilicitude. Para resolver, propuseram a definição de Morte Violenta e Intencional (MVI). “É uma inovação que o fórum adotou a partir de 2013, para, exatamente, compatibilizar os registros estaduais. Essa categoria totaliza, de certa forma, os homicídios dolosos, as lesões corporais seguidas de morte, os latrocínios e as mortes decorrentes de intervenção policial, e, depois, a gente desagrega um pouco os homicídios entre feminicídios, e assim por diante.”

Sobre os resultados do anuário, o diretor do Fórum afirmou que, no primeiro semestre de 2020, houve um crescimento de 7,1% nos casos de homicídios, em relação ao primeiro semestre do ano passado. Mas, segundo ele, não se pode creditar

esse aumento à pandemia, porque os homicídios vinham crescendo desde setembro do ano passado. “Já em setembro de 2019, houve flexão; o que era queda virou crescimento. Apesar dessa elevação, felizmente, não foi suficiente para recuperar o volume de 2017/2018”, explicou o debatedor.

Nas avaliações feitas, é possível perceber que o Ceará, que tinha puxado o resultado para baixo, em estudo anterior, no primeiro semestre de 2020, puxou-o para cima. “O Ceará liderou a queda de 2018/2019 e, desde dezembro do ano passado, a partir de uma série de movimentos de rearranjo das facções de base regional e troca de lideranças; quebra de acordos que garantiam a pacificação; e o movimento, o motim, das polícias militares, que, de certa forma, descolou as demandas policiais das demandas do cotidiano, registrou aumento”, esclareceu Renato Sérgio de Lima.

Ao analisar esses resultados, o debatedor ponderou que os estados que registram números em crescimento são aqueles cujas polícias medem forças com os governadores. Falou sobre o rearranjo do crime organizado, que, de certa forma, mudou, a partir da pandemia. “A guerra do [Primeiro Comando da Capital] PCC, do Comando Vermelho e outras, mas, sobretudo essas, se apresentam como um problema sério. Verificamos que os Estados onde houve tensões com as forças policiais são exatamente os Estados onde os números voltaram a crescer.”

Para o especialista, não se trata de um argumento aceitável, mas são necessários estudos que apontem como mitigar os problemas e impedir a contaminação do debate político-ideológico. “Quando a política predomina, interfere, a gente abre mão de pensar segurança pública como um direito social universal, tal como está previsto na nossa Constituição.”

Um alerta feito pelo diretor do Fórum, ressaltado no anuário, refere-se à origem das vítimas da

violência no Brasil. Segundo ele, dentre policiais assassinados, 65% são negros. O índice é ainda maior dentre pessoas vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial; nesse recorte, 75% são negras. “Existe um tabu de racializar o debate sobre segurança, mas o racismo estrutural está presente e a gente precisa encontrar respostas para resolver essa realidade”, considerou o debatedor.

O anuário revelou o registro de um estupro a cada oito minutos, no País, e que 58% das vítimas tinham até 13 anos de idade. Os casos de violência doméstica, enquadráveis na Lei Maria da Penha, tiveram uma ocorrência a cada dois minutos.

Para a consultora Isabel Figueiredo, a violência não é algo externo, mas está entre as pessoas, nas casas, não se trata somente do crime organizado. E diz isso para enfatizar que o tema precisa permear todos os segmentos sociais e econômicos. “Está na hora de tratar com clareza o problema. Um pouco mais de 47 mil pessoas perderam a vida, em 2019, por morte violenta e intencional. O número é alto para ser desconsiderado.”

Historicamente, olhando para os anuários produzidos, Isabel avaliou a violência a partir das regiões brasileiras. Segundo ela, depois dos anos 2000, a violência, até então enraizada no Sudeste, migrou gravemente para o Nordeste. “Sul e Sudeste estão, atualmente, com taxas de violência abaixo das nacionais. Nas regiões Centro-Oeste e Norte vem aumentando, a cada ano, o total de mortes violentas e intencionais.”

Incomoda a consultora, o fato de o governo não conseguir antecipar os movimentos da violência. Para ela, o País está sempre correndo atrás do prejuízo. “O mais importante, neste momento, é capacitar o governo para que possa antever o problema da violência no País.”

Para a debatedora, houve avanço no governo Lula, um pouco mais retraído, na gestão de Dilma Roussef, e foi muito importante a legislação aprovada

no período do Presidente Michel Temer, mas ainda é preciso uma política nacional de segurança pública, afirma.

Apesar de o Presidente Jair Bolsonaro ter defendido com veemência o combate à violência, os números do anuário não refletem o entusiasmo. “A gente está assistindo ao desmonte das poucas coisas que, de alguma forma, já tinham sido construídas, do ponto de vista do governo federal”, asseverou Isabel Figueiredo.

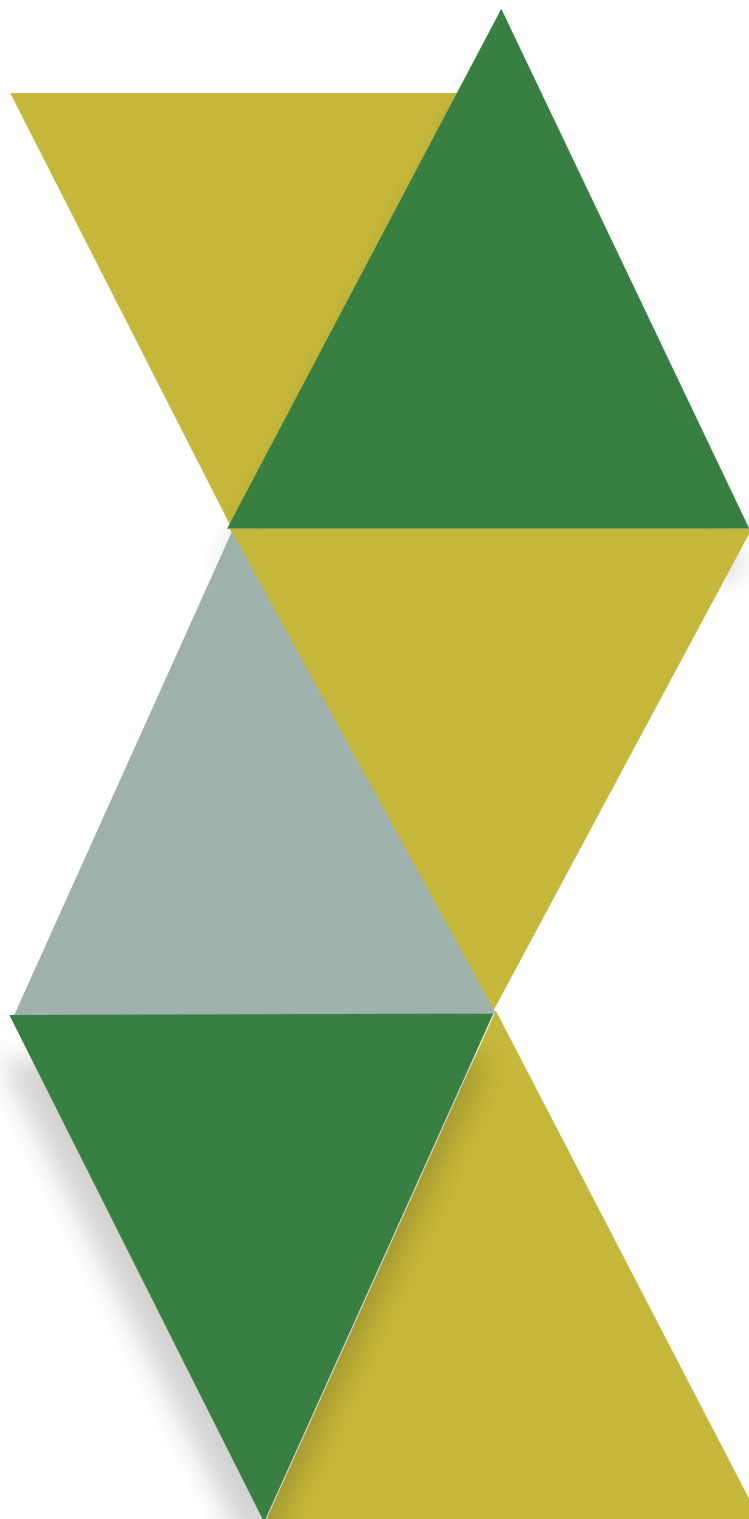
A inexistência de política, de integração inter-federativa, a questão favorável ao porte de armas de fogo, são tópicos que prenunciam um descontrole institucional. Para intensificar, a especialista lembrou que, no primeiro semestre de 2020, registraram-se 120% a mais de licenças para porte de arma concedidas, do que no ano inteiro.

No período da pandemia, a debatedora alertou para a violência doméstica. Alguns países criaram estratégias específicas para o combate a esse tipo de ocorrência, o que não se viu no Brasil, conforme relatado no anuário. “A gente chegou a ter, em junho, julho, uma campanha, se não me engano, do Ministério de Direitos Humanos, alertando para essa questão, mas não teve nenhuma iniciativa, no sentido de busca ativa, de facilitar os contatos, de formar uma rede, que não fosse só de segurança. Uma rede de políticas sociais como um todo, focada nessa questão.”

Sobre os atrasos na segurança pública, em comparação com outras áreas mais avançadas, sob o ponto de vista da sistematização, saúde e educação, por exemplo, Isabel Figueiredo ressalta que, minimamente, seria importante os entes federados entenderem que segurança pública não é polícia. O contrário disso, quando a polícia é muito necessária, é porque as políticas sociais anteriores não foram eficientes.

Para resolver esse conjunto de arbitrariedades, Isabel acredita ser preponderante a criação de

espaços de diálogos entre municípios, estados e União; oferta de capacitação e troca de informações para tornar possível a compreensão dos dados.





Trabalhadores da Cultura brasileira em contexto de pandemia

Marcelino Freire

Escritor, criador e Curador da Balada Literária

Viviane Mendonça

Advogada, Produtora Executiva de
Projetos Culturais (audiovisual e literatura)

Fabio Maia

Adriana Silva

Mediadores

Marcelino Freire, prêmio Jabuti, em 2005, com a obra “Contos Negreiros” e prêmio Machado de Assis, em 2013, com “Nossos Ossos”, foi um dos debatedores da edição do Pense Brasil de 2 de novembro de 2020. Ao lado dele, Viviane Mendonça, que compôs a equipe de produção de filmes como O Vendedor de Sonhos, de Jaime Monjardim; O Divórcio, de Pedro Amorim; e, mais recentemente, A Vida Invisível, que foi premiado no Festival de Cannes de 2019. Os dois falaram sobre os trabalhadores da Cultura brasileira em contexto de pandemia, com a mediação de Adriana Silva e participação do Diretor de Organizações da Fundação João Mangabeira, Fabio Maia.

Viviane Mendonça começou explicando como foi o comportamento do setor audiovisual. A pandemia, segundo ela, mostrou quanto a arte, especialmente a arte digital e o audiovisual, tornaram-se imprescindíveis para garantir a saúde mental da população em estado de isolamento social. “Foi muito importante e houve mesmo um crescimento do número de assinantes nas plataformas de vídeo *on demand*, na internet e em toda a audiência *on-line*”, explicou a produtora.

A paralisação do setor, entretanto, foi geral, no mundo todo. Hollywood, por exemplo, retomou as atividades dez meses depois, mas ainda em ritmo lento. No Brasil, em período posterior à paralisação total, houve uma mobilização do setor. Os profissionais buscam, ainda, entender como será essa retomada e como ocorrerão as produções a partir de toda essa experiência. É preciso conjugar à realidade o fato de o mercado econômico também estar reagindo e isso afeta diretamente a produção de entretenimento cultural.

Nos segmentos de produção audiovisual, os impactos foram imensos não só para as empresas, como também para os trabalhadores. “No Brasil, muitos dos trabalhadores ligados à cadeia produtiva são autônomos, pessoas jurídicas que prestam

serviços por obra, deixando a todos muito mais vulneráveis”, esclareceu a debatedora. Com a paralisação, muitas pessoas ficaram completamente sem trabalho e sem perspectiva de retorno ao mercado.

Os números do setor são expressivos. Somente em 2019, em São Paulo, o segmento do audiovisual movimentou mais de R\$ 500 milhões e gerou mais de 25 mil postos de trabalho. Com a suspensão, estima-se que mais ou menos R\$ 40 milhões deixaram de circular na capital paulista.

Para comparar, nos Estados Unidos, por exemplo, que é o grande produtor de conteúdo audiovisual do mundo, nas primeiras semanas de pandemia, mais de 10 milhões de pessoas perderam o emprego.

Ao pensar a cultura como elemento basal da Economia Criativa, o setor do audiovisual protagoniza. Viviane Mendonça apresentou que, no Brasil, a produção nessa área corresponde a 1,67% do Produto Interno Bruto (PIB) e gera mais de 300 mil empregos diretos, injetando R\$ 20 bilhões por ano na economia.

No geral, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2009 e 2019, houve um crescimento de 7,2% do setor cultural. Em 2018, 5,2 milhões de pessoas atuavam diretamente nesse campo. Esse número representa 5,7% dos brasileiros empregados. A Economia Criativa movimentou, em 2018 e 2019, R\$ 226 bilhões.

Viviane Mendonça alertou que não somente o setor de produção sentiu a pandemia, mas também os exibidores. “Toda a cadeia de exibição foi realmente prejudicada; muitas pessoas deixaram de frequentar as salas de cinema, o que fez com que os exibidores vissem as receitas caírem para zero, da noite para o dia. Houve auxílio, por parte do governo federal, para o setor, oriundo do Fundo Setorial do Audiovisual, mas certamente insuficiente para atender a todos.”

A pergunta que permeia o debate de toda a categoria cultural que trabalha com aglomeração é se as pessoas voltarão a ter o hábito de se reunir em espaços fechados como as salas de cinema, por exemplo. A debatedora lembrou que a retomada do *drive-in* foi uma saída para dar continuidade às exposições.

Ainda nessa busca por alternativas, Viviane Mendonça acredita que as salas de cinemas deverão passar por mudanças em suas estruturas e os padrões de segurança sanitária vão compor as demandas de organização de todos os projetos culturais. A revisão de comportamento tem sido geral. “O Oscar, que é um dos maiores prêmios no audiovisual, antes da pandemia, não premiava nenhum filme que não tivesse passado por uma sala de cinema. Os organizadores já anunciaram que poderão admitir, na competição, filmes que, durante a pandemia, estrearam no *streaming*. Então, o *streaming* realmente se tornou uma atividade extremamente rentável para aqueles *players*.”

Na narrativa sobre as mudanças de comportamento do mercado, Viviane Mendonça mencionou que, empresas com atuação expressiva no Brasil se tornaram altamente rentáveis, no período da pandemia, como a Netflix, com o aumento do número de assinantes da plataforma. “E, ao contrário de uma atividade incipiente, como muitos argumentam ser, esse modelo de negócio do entretenimento cultural virou o cerne do mercado audiovisual.”

Sobre essa reinvenção, Marcelino Freire observou que, mais do que enfrentar a crise produzida pela pandemia, o artista brasileiro está enfrentando um colapso. “Os escritores e escritoras artistas no Brasil sempre viveram em crise. A crise sempre nos abateu.”

Como agitador cultural, Freire descreveu as dificuldades de produzir cultura no País. Realizador da Balada Literária há 15 anos, sem grandes patrocinadores, ele

narrou a luta do setor pela manutenção dos projetos. Nos primeiros meses, foi difícil compreender e se adaptar às novas ferramentas. “Eu e minha equipe tivemos que entender como se mover, se agitar, dentro dessas ferramentas, dessas conexões. Mas depois que compreendemos os mecanismos conseguimos entregar um evento que teve um alcance maior até do que se fosse um evento presencial.”

A questão apresentada por Marcelino Freire, usando vocabulário próprio, é o fato de muitas coisas estarem “desacontecendo” no Brasil. “Volto a dizer, a gente sempre trabalhou em crise, então, a gente tentou transformar esse momento num momento de soluções. Como agitador cultural, eu fiquei muito preocupado e digo: As coisas estão ‘desacontecendo’ tanto, neste Brasil, que eu vou ter que fazer de qualquer jeito.”

Para o escritor, a dificuldade é exatamente encontrar forças propositivas, num momento em que pessoas estão morrendo, vítimas da pandemia, do descaso e desgoverno. A crise, reiterou o artista, sempre foi elemento do campo cultural, e a pandemia, como fator inédito, exigiu força e ânimo para o enfrentamento.

A literatura, assim como o cinema, são entretenimentos importantes, para a manutenção da saúde mental. No caso de Marcelino Freire, que escreve, ler outros escritos foi uma maneira de superar os momentos isolados. Mostrando sua estante de livros, o debatedor referiu-se aos poetas que hospeda em seu escritório. “Os livros estão escritos há muito tempo e foram companheiros, todos esses poetas me ajudaram a suportar essa pandemia. Ou seja, os escritores pegaram na minha mão todo dia, inclusive pegam na minha mão, para eu poder ir compreendendo tudo o que aí está. Vejam a importância da literatura.”

Embora muito rapidamente todos tenham aprendido a usar as ferramentas digitais e seguir

com suas apresentações por meio de *lives*, isso não se mostrou essencialmente um modelo de negócio para a garantia de renda aos profissionais da cultura. O setor ficou ainda mais dependente dos patrocínios. A contrapartida, lembrada por Marcelino Freire, foi o acesso. “Tanta gente teve a oportunidade de assistir a determinadas peças teatrais que não conseguiriam, no modelo presencial, por dificuldade de se locomoverem até São Paulo.” O debatedor falou, ainda, sobre o aumento de pessoas fazendo cursos *on-line*, como alternativa de ocupação e aprendizado, durante o período de pandemia.

O que de fato preocupa Marcelino Freire, são os escritores que estavam de alguma forma mobilizando a literatura vinda das periferias do Brasil, por meio de *slans* e *saraus*. “Há escritores na periferia que vendiam 1.500 exemplares de seus livros de sarau em sarau, uma vida literária pulsante, importante para a divulgação do trabalho deles e, sobretudo, para a sobrevivência desses poetas. Eles estão sendo os maiores prejudicados.”

Pensando no período pós-pandemia, para o escritor, a resposta do setor cultural é a união dos interlocutores. “A gente tem que se juntar agora. Quando teimeei em fazer de qualquer forma a balada literária, nas datas em que havia imaginado, eu não estava me curvando, porque a dor era muito grande, a imobilidade muito grande, o sofrimento muito grande. Mas não podemos nos curvar.”

Para o escritor premiado, o momento é de ajuda. E foi o que ele fez quando organizou a 15ª Balada Literária. Ao propor a realização de três documentários exclusivos, Freire convidou jovens artistas de Salvador/BA, Teresina/PI e São Paulo/SP. “A verba foi destinada para o audiovisual e, sobretudo, para esses profissionais que estavam sofrendo esse colapso.”

Em conversa com artistas do Brasil todo, em *lives* que realiza com frequência, intituladas Na Hora

do Almoço, Marcelino Freire tem fomentado essa união da categoria, com destaque para artistas que estão longe das capitais. “Sei que estou me referindo a um pequeno esforço, mas mobilizou trabalho para eles; mobilizou *live* em outros lugares; mobilizou outras pessoas, que se juntaram para produzir, por exemplo, disco, vídeo, pequenos curtas-metragens.”

A saída desse colapso, para o escritor pernambucano que vive em São Paulo, é a criação de uma corrente solidária. “Uma corrente em que os artistas não largam a mão do outro e a gente vai para o enfrentamento. A gente não pode ‘desacontecer’. A gente não pode se calar. Então, essas ações propositivas, para mim, são uma saída; a gente mostrar que a gente está forte, unido e pronto para brigar contra o desgoverno e contra o descaso.”

Para Viviane Mendonça, o campo cultural já vinha sofrendo um desmonte e a pandemia somente acentuou. “O isolamento fez surgir uma série de situações que demonstrou, ainda mais, a falta de articulação desse atual governo com o setor cultural. Políticas que já existiam, e estavam consolidadas, tiveram um retrocesso significativo”, disse a produtora. A principal delas foi o Fundo Setorial do Audiovisual, que está paralisado desde 2019. Estima-se que mais de R\$ 724 milhões não foram distribuídos, deixando de viabilizar mais de 800 projetos.

Em junho de 2020, mesmo em meio à pandemia, uma série de ações começou a ser proposta, inclusive com uma iniciativa parlamentar em defesa do cinema e do audiovisual, presidida pelo Deputado Tadeu Alencar, do PSB, que determina à Agência Nacional do Cinema (Ancine) a liberação dos recursos já existentes. “Nos últimos cinco anos, o Brasil teve sua produção audiovisual reconhecida internacionalmente. Ano passado foi o ápice disso, com produções como *Bacurau*, também premiado no Festival de Cannes, assim como *Vida Invisível*.”

A Ancine, criada em 2001, é a principal gestora dos recursos e responsável pelo fomento da cadeia produtiva do audiovisual. Em 2006, com o projeto do Fundo Setorial, o principal financiador no Brasil, o incremento foi significativo. “Os recursos do fundo são oriundos da própria indústria. Embora muitos afirmem que esse recurso poderia ser usado em outras áreas prioritárias, o Fundo foi criado exclusivamente para financiar a cadeia e a indústria do cinema e é composto por recursos advindos da [Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional] Condecine, por exemplo, paga pelas empresas de telecomunicações e operadoras de televisão por assinatura.”

Sobre o desmonte a que o País assiste, na área cultural, desde a extinção do Ministério da Cultura, e corte de verbas, um golpe decisivo contra o audiovisual foi a decisão do Tribunal de Contas de considerar ilegal a metodologia de análise da prestação de contas que a Ancine vinha adotando há anos. Para Viviane Mendonça, uma crise gerou a paralisação do repasse de recursos para o setor. A Ancine tinha um passivo, na época, de 4 mil prestações de contas não analisadas. “Isso fez com que o setor parasse, o Tribunal determinou que, ou a Ancine se adequava, ou não repassaria mais recurso público para a atividade.”

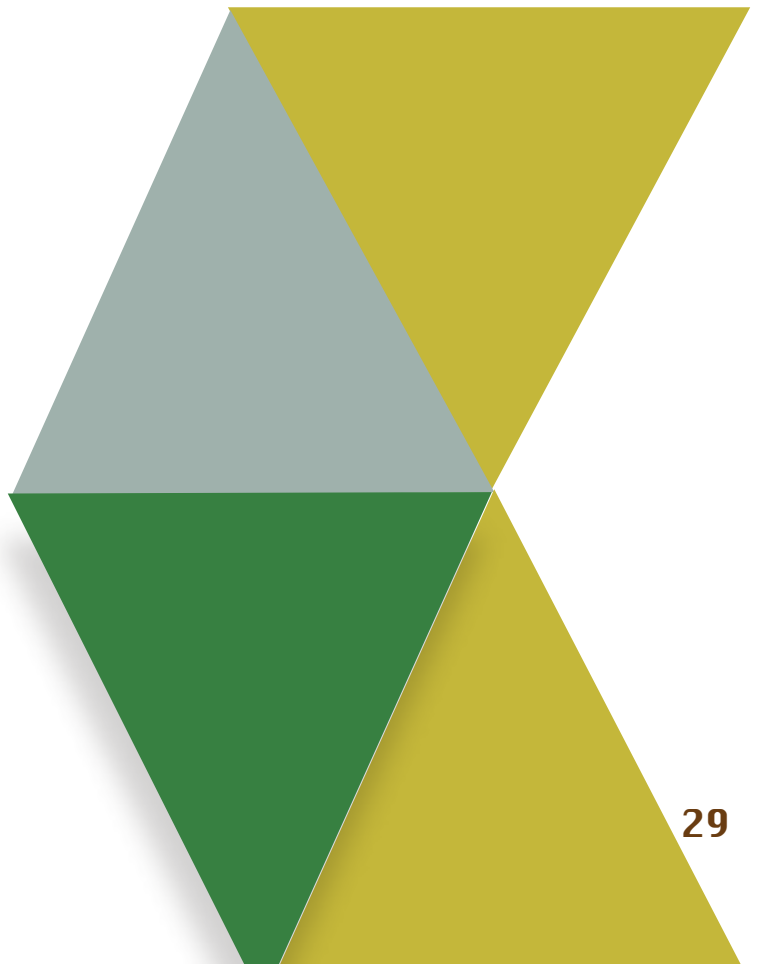
Para agravar, no início de 2020, o governo vetou o Art. 1º e o Art. 1º A, da Lei do Audiovisual, que permite a isenção fiscal de empresas que gostariam de aplicar seu Imposto de Renda, assim como de forma análoga, a Lei de Incentivo à Cultura, a antiga Lei Rouanet, para projetos de audiovisual. Essa não promulgação do artigo perdurou até agosto de 2020.

A fim de mostrar como políticas bem estruturadas podem fomentar a Economia Criativa, Viviane Mendonça lembrou da ‘lei da tevê paga’, aprovada em 2011, que obriga os conteúdos nacionais a

serem vinculados nos canais de televisão fechada. “Isso possibilitou que o setor tivesse uma produção muito intensa, no mercado audiovisual.”

O fortalecimento do setor, a partir da união dos atores sociais da cultura, com medidas de enfrentamento e base na resiliência e boas políticas públicas de fomento, se apresentaram, ao longo do Pense Brasil, como propostas concretas de apoio aos trabalhadores dessa área.

Marcelino Freire, motivado por Fabio Maia, introduziu para debate o tema da educação como fator estruturante para a difusão da cultura. “A educação só mudará para melhor, a partir do momento em que essas pessoas todas do Brasil forem atingidas pelo livro, pela leitura.”



Os Desafios dos Prefeitos e Prefeitas em 2021

Lara Mesquista

Cientista Política, Membro da Câmara
de Pesquisadores do Serviço Brasileiro
de Apoio às Associações e Fundações (Sebraf)

Humberto Dantas

Cientista Social e Coordenador do Curso
de Pós-graduação em Ciência Política da
Fundação Getúlio Vargas

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov
Mediadores



Com mediação de Tamara Crantschaninov e participação do Diretor de Organizações da Fundação João Mangabeira, Fabio Maia, no Pense Brasil de 9 de novembro de 2020 foram abordados os desafios dos/as prefeitos/as, em 2021, com a participação da Cientista Política Lara Mesquita e do Cientista Social Humberto Dantas.

Ambos os debatedores começaram falando do impacto causado pela Covid-19 nas gestões municipais e quanto isso poderá ser agravado a partir de 2021. Ao concordar que a pandemia impõe uma realidade desafiadora não só do ponto de vista da influência do poder público na vida das pessoas, em termos sociais, Humberto Dantas ampliou o cenário de atuação das gestões para todas as políticas públicas e deixou perguntas que precisarão ser respondidas à luz de uma situação atípica. “Como fazer para a escola continuar funcionando, ou passar a funcionar? Como fazer com que as políticas de assistência social funcionem, incluindo, obviamente, o atendimento burocrático das prefeituras?”

Outro aspecto mundial, que vai chegar fortemente nos municípios e que os/as prefeitos/as terão que conduzir é a questão econômica; em especial, o problema advindo do fechamento de postos de trabalho, com o conseqüente aumento do índice de desempregados e a queda na arrecadação municipal. Os temas seguem atrelados. “Sabemos que o emprego, na imensa maioria das cidades, está nas mãos do poder público municipal. Por vezes, a própria população economicamente ativa de muitos municípios dependem da atuação das prefeituras. Esses/as eleitos/as terão que dominar a ansiedade e o anseio da sociedade por essas posições,” pontuou o Cientista Social.

Lara Mesquita acrescentou, aos desafios já mencionados, o problema do transporte público. Segundo ela, a pandemia demonstrou que não dá

para conceber a possibilidade de outras pandemias, em um futuro próximo, com um modelo de transporte público tão desestruturado quanto o apresentado na maioria das cidades brasileiras. “Nas grandes cidades, os ônibus estão sempre cheios, abarrotados, e fizemos toda uma transição para coletivos um pouco melhores e com ar-condicionado. E, nesse contexto de pandemia, por exemplo, é um problema, porque as janelas não abrem; você não tem ventilação natural, o que diminuiria o risco e têm muitas pesquisas sendo feitas que apontam o papel do transporte público na contaminação dos trabalhadores que já estão de volta ao trabalho”, esclareceu a debatedora.

Outro desafio central para os/as prefeitos/as, de acordo com a avaliação de Lara Mesquita, nesse contexto de pandemia, é a questão da habitação e o fornecimento de água e saneamento básico. Temas que já estavam na pauta das políticas municipais e ganharam relevância.

No Brasil, atualmente, mais de 50% das escolas públicas não têm acesso a saneamento básico. “Como pensar em volta às aulas com segurança sem a possibilidade de as pessoas lavarem as mãos com frequência no ambiente escolar?” A pergunta da Cientista Política ecoa em muitos lugares do Brasil e comporá a pauta de demandas dos/as prefeitos/as eleitos/as em 2020.

Tentando analisar os dados para melhor contextualizar suas respostas, Lara Mesquita recorreu ao papel do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para comentar as eleições no Legislativo municipal. “Nas eleições de 2018, o fundo teve um papel muito importante, de diminuir a diferença da alocação de recursos entre os candidatos que recebiam mais os que recebiam menos, mais notadamente entre os homens brancos e as mulheres negras.”

Segundo ela, a determinação de que 30%

dos recursos dos partidos têm que ir para candidatas mulheres, teve significativo papel para diminuir essas diferenças, aumentando o número de mulheres eleitas para o Parlamento.

Somando-se a essa regra, em 2020, teve a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referendada pelo Supremo, de que os partidos tinham que distribuir os recursos também proporcionalmente ao peso de cada grupo racial no seu elenco de candidatos.

Em um levantamento realizado pela Cientista Política, em relação às eleições de 2016, a desigualdade entre brancos e negros, em termos de números de candidatos e de eleitos, não é tão expressiva quanto a desigualdade de gênero. “Mas não é igual em todas as cidades do País. A gente tem uma representação muito maior de negros e pardos nas cidades do interior, em algumas regiões do País, e muito menor nas capitais, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro”, explicou Lara Mesquita.

Sobre o mesmo tema, Humberto Dantas fez algumas ponderações. Refletiu sobre o papel do TSE nas decisões; analisou a inserção dos partidos nos municípios e a impossibilidade de coligação para o legislativo. Antes das eleições, faziam-se conjecturas, sobre o comportamento dos partidos, se iriam concentrar em menos candidatos ou usar todas as vagas possíveis. Com o final do processo de registro das candidaturas, foi possível observar uma redução de 50% no total de partidos políticos em eleições proporcionais, nas cidades. Aumentou o total de candidatos a vereador, no Brasil, mas o total de partidos diminuiu. “Com exceção feita ao [Partido da Causa Operária] PCO, ao Novo e ao que está nascendo agora, que é o [Unidade Popular] UP, os demais partidos brasileiros disputaram vagas de vereador num número de cidades menor do que disputaram em 2016. Isso significa dizer que, em tese, os partidos políticos reduziram, pelo

menos nessa eleição proporcional municipal, suas presenças nas cidades, apesar de poderem ter aumentado o total de candidaturas.”

Na avaliação de Lara Mesquita, o que se espera, com o fim das coligações no Legislativo, é que diminua a fragmentação partidária de uma maneira geral, já que foi menor o número de partidos apresentando candidatos, nessas eleições. “Isso é algo bem importante”, disse a debatedora, que alertou sobre a mudança na regra do modo de calcular o quociente. “A gente precisa entender ainda melhor como isso vai acontecer porque, pelo menos nas eleições nacionais, por exemplo, em São Paulo, só teve um partido beneficiado por essa regra e poucas cadeiras mudaram de mão, por conta da entrada dos partidos menores na distribuição das cadeiras.”

Ao responder à indagação de Tamara Crantschaninov, o Cientista Social Humberto Dantas abordou um dos grandes desafios sociais do Brasil. Para ele, muitas das políticas associadas à redução das desigualdades com base em características da sociedade, como, por exemplo, cor de pele ou aspectos relacionados à lógica da etnia, são políticas que vêm do plano federal. Nesse sentido, é preciso considerar, a exemplo de todas as variáveis possíveis e imagináveis, associadas à realidade brasileira, que sempre existirão desigualdades, por exemplo, regionais. “A população de pretos e pardos no Brasil, se distribuída por Estados, nós vamos encontrar desigualdades significativas, por exemplo, dessas características, no território nacional”, considerou o debatedor.

Com essa base do racismo estabelecida, Dantas revelou ter severas dúvidas se existe sensibilidade e maturidade para o enfrentamento dessas questões da desigualdade na forma das políticas públicas de nível absolutamente municipal. “Tenho dificuldade em acreditar que milhares

de cidades brasileiras consigam fazer esse debate nas suas estruturas internas e, então, o tema volta para o âmbito federal.”

Ao concluir esse tema, esclareceu que, no plano municipal, na maioria dos casos, não há maturidade para debater o assunto. “É muito mais o momento de defender o que se conquistou do que de ampliar aquilo que se tem e essa ampliação é absolutamente urgente”, disse o Cientista Social.

Lara Mesquita contribuiu com a análise afirmando que, na literatura de políticas públicas, há o apontamento para algumas ações que podem ser, sem grande custo, incorporadas pela gestão municipal. “Não sei qual é a capacidade de avançar, em termos de diminuição de desigualdades, sem um envolvimento forte dos governos. O Federal, sobretudo, conforme se sabe, tem um papel muito importante de coordenação de ação de políticas públicas, de concentração de recursos.”

Seguindo esse raciocínio, a Cientista Política asseverou que, se as prefeituras forem eficientes em oferecer um bom serviço na área de educação, a porta de entrada para a saúde pública adequada e um bom serviço de assistência social, estará contribuindo para avanços básicos. “Isso não é suficiente para zerar déficits sociais”, concluiu Mesquita. As diferenças são significativas, “existem pesquisas sérias na área de educação, que mostram que crianças negras recebem menos atenção dos professores de creche do que crianças brancas. Recebem menos abraço, menos beijo e menos tempo de atenção e interação. Tem muita coisa a ser feita que está ao alcance da gestão municipal e que poderia começar a ser implementada.”

O que Aprendemos com os 20 anos de Participação Democrática e transparência no Brasil?

Estela Bezerra

Deputada Estadual pelo PSB/PB

Wagner Romão

Professor do Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Fabio Maia

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Mediadores



Um dia depois das eleições municipais, o Pense Brasil de 16 de novembro de 2020 colocou em destaque uma pergunta muito pertinente: O que aprendemos com os 20 anos de participação democrática e transparência no Brasil? Para responder, a Fundação João Mangabeira convidou a Deputada Estadual pelo PSB da Paraíba, Estela Bezerra, e o Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Wagner Romão.

A mediadora Tamara Crantschaninov iniciou o encontro virtual colocando em debate os mecanismos de participação previstos na Constituição de 1988. A Deputada Estadual Estela Bezerra foi a primeira a responder e apresentou-se como uma pessoa advinda do ativismo político, especialmente da sociedade alijada da participação e dos direitos. “Eu sou mulher, sou negra, venho da periferia e, no cotidiano, isso significa ausência de participação, ausência de transporte público, de educação pública de qualidade.”

Historicamente, a debatedora lembrou que o movimento das diretas, consolidado com a Constituição de 1988, foi todo baseado nas práticas de democracia. “Os mecanismos que foram pensados, os conselhos de direitos, os conselhos de representação, e, logo em seguida, nas administrações de campos progressistas, os orçamentos participativos e democráticos, tinham a utopia e o desejo muito concreto de aprimorar a representação.”

Para Estela Bezerra, essa democracia representativa sempre careceu de um aprimoramento, com a participação direta de cidadãos organizados. A proposta era que todos pudessem colaborar, contribuir, não só com a administração pública, mas, principalmente, com as políticas públicas, com as legislações e, sobretudo, com a relação entre sociedade e poder público. “Foi a efervescência dos

movimentos sociais, a reforma urbana, a reforma sanitária, o movimento de mulheres, estavam todos ali no bojo dessa redemocratização, carentes e sedentos de participação e foram criando esses caminhos, esses mecanismos, para permitir uma constante construção de políticas públicas e de experiência de participação democrática”, narrou a deputada.

Ainda sobre a Constituição brasileira, o professor Wagner Romão acrescentou que o processo de produção da Constituição de 1988 carregava esse clamor por democracia, depois da luta contra a ditadura militar. Luta essa que sempre houve, mas que foi intensificada no final da década de 1970 e ao longo dos primeiros anos de 1980, no Brasil. “Foi uma luta das diretas, das comunidades de base, contra a carestia, contra os números da inflação, que eram fantasiosos. Todo esse processo desembocou exatamente na Constituição de 1988, onde os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, de maneira geral atuaram muito fortemente”, completou o debatedor.

Importante considerar que o processo em si, de elaboração da Constituição, foi muito participativo, com o acolhimento de Emendas populares e plenárias temáticas por meio das subcomissões. “Havia coleta de assinaturas nas praças, nas avenidas, nas ruas, nos clubes, nas igrejas. Foi tudo muito democrático.”

Romão falou ainda sobre a Constituição ter criado dois eixos de mecanismos de participação. Um deles, mais relacionado à participação direta, com a permissão dos plebiscitos, referendos e a legislação participativa, criada a partir de iniciativa popular. O segundo eixo de ações previsto na Constituição é exatamente o dos conselhos de políticas públicas. “Isso foi uma marca muito importante, da Constituição brasileira, porque penso que foi pioneira, sobretudo na América Latina, em muitos

arranjos depois criados também em termos de conselhos”, ressaltou o professor de Ciência Política.

Após narrar os instrumentos democráticos previstos na Constituição, o debatedor lamentou o pouco uso que o brasileiro faz do plebiscito e do referendo, por exemplo, e o desmonte dos conselhos.

Estudioso das relações entre participação e representação, Wagner Romão foi incentivado a falar sobre suas reflexões. Grande parte da teoria democrática, disse ele, está conectada com o período pós-2ª Guerra Mundial, sobretudo nos Estados Unidos. Para explicar melhor, o professor referenciou Joseph Schumpeter, intelectual que entendia a democracia procedimental como algo muito distante das bases populares.

Sob a liderança de dois partidos de elite, o Democrata e o Republicano, os Estados Unidos apresentavam essa democracia mínima, esvaziada, em que a população aparece apenas de quatro em quatro anos para legitimar a troca de elites políticas no comando do país.

Nos anos de 1960, continuou o debatedor, momento de muita contestação política no mundo todo, começaram a surgir as teorias ligadas ao campo da participação. “Naquela época, passou-se a pensar em uma democracia que fosse para além da representação pura e simples.”

O processo de redemocratização ganhou vigor na década de 1980, no mundo todo, com destaque para Portugal, Espanha, Grécia, depois o Leste Europeu, segundo o debatedor, quase ao mesmo tempo. Os grupos, até então excluídos do processo de representação política, manifestaram-se por meio de canais de participação mais próximos do poder público, sobretudo nos municípios.

O professor Wagner Romão explicou, ainda, que, nesse período histórico, foi criada uma linha de pensamento e de ação política relacionada aos poderes locais. Ao concordar com Carole Pateman,

uma das principais intelectuais naquela época, o debatedor enfatizou que o fortalecimento da democracia se dá exatamente no cotidiano das pessoas, quando acontece a prática da democracia no trabalho, na escola e comunidade. “A partir da própria experiência dos grupos sociais que passaram a contestar essa democracia liberal representativa, pedindo mais espaço, pedindo mais protagonismo, pedindo mais canais de manifestação e de participação política é que chegamos aos dias de hoje.”

A Deputada Estadual Estela Bezerra, ativista de movimentos, viu todo esse processo narrado pelo professor acontecer nas ruas, também do Brasil. “Com o movimento de redemocratização, a gente saiu do bipartidarismo e houve a retomada com a criação de partidos inteiramente vinculados às lutas pela justiça social e pela igualdade”, disse a debatedora. Para ela, não há justiça social ou igualdade sem participação. A deputada explicou que o desejo de alargar a cidadania é permanente. Reiterou que o Partido Socialista Brasileiro (PSB), assim como outros de sua época, foi criado exatamente para atuar nesse campo de luta pela igualdade social. “Nós estamos fazendo uma ruptura com a política das oligarquias e com a política que está totalmente voltada aos interesses dos poderes econômicos. Antes da experiência do autoritarismo, com a ditadura da década de 1960, nós tínhamos uma alternância na representação democrática, que vinha das oligarquias, das classes economicamente abastadas”, acrescentou a deputada.

Os partidos surgidos no Brasil nesse momento histórico da redemocratização, do embate com as oligarquias, segundo Estela Bezerra, só se sustentaram porque tinham uma base sindical, de trabalhadores, e apoio de segmentos sociais. A deputada lembrou da teologia da libertação como um processo de fortalecimento dos atores sociais envolvidos naquela luta política. “Os partidos progressistas, de

esquerda, e os movimentos só se mantinham ativos porque havia diálogo entre eles e as mulheres que estavam fora da política e seguiam sub-representadas, e as periferias, que desejavam participar. E isso não conseguia se dar apenas de quatro em quatro anos, no momento da eleição. Toda consistência desse movimento, toda a legitimidade dessas representações, só era possível por um diálogo permanente.”

Ainda olhando para a história do Brasil, Estela Bezerra mencionou que os conselhos e a experiência da saúde, anterior, inclusive, ao Sistema Único de Saúde (SUS), terminaram como um grande referencial para todo o território nacional. “O Brasil é muito díspare”, concluiu a deputada, mas a experiência do SUS é forte e concreta, deixando aparente a nossa possibilidade de participar para além do processo eleitoral.

Motivada pela mediadora a falar sobre modelos de gestão municipal, a Deputada Estadual citou duas administrações que foram, na avaliação dela, fantásticas. Uma em Fortaleza/CE, da prefeita Maria Luiza, do Partido dos Trabalhadores (PT), e, a outra, de Luiza Erundina, em São Paulo/SP.

“Essas experiências, em meados da década de 1980, foram extremamente revolucionárias sob vários pontos de vista. Erundina colocou o primeiro programa de atenção às mulheres vítimas de violência sexual. Não se falava de violência sexual, até então. A ordem, a ideia de se matar as mulheres em defesa da honra ainda era vigente no Brasil e ali já se tinha um programa que atendia a um clamor e à militância feminista e do movimento de mulheres que era muito avançado.”

Ainda referindo-se a Erundina, Estela Bezerra evidenciou a atuação de Paulo Freire como Secretário de Educação, que imprimiu uma ação participativa de alunos, professores, da comunidade escolar, do chão da escola.

Para a deputada, administrações participativas erram menos porque tiram os gestores dos gabinetes e os colocam para dialogar com a população. Isso eleva o nível de conhecimento dos problemas, amplia os diagnósticos e indica os caminhos.

Infelizmente, reclamou a deputada, essas administrações foram implodidas pela própria imaturidade dos seus partidos, mas o que elas plantaram ficou e têm vigência até os dias de hoje, como exemplos a serem seguidos.

Para o professor Wagner Romão, o papel dos municípios é muito importante. As experiências do orçamento participativo são um dos destaques, como no caso de Porto Alegre/RS, um modelo que se tornou referência. “Essa forma de tentar deliberar sobre o orçamento, ancorada na população, na participação popular, originou-se exatamente num contraponto contra o Legislativo, que era dominado por forças tradicionais, clientelistas. Trata-se da tentativa de se propor um terceiro poder relacionado ao campo popular.”

Ao longo dos últimos trinta anos, inicialmente, houve um aumento dessas estruturas de participação na elaboração do orçamento público, mas, depois, ocorreu a diminuição dessas práticas em todo o Brasil. “Um estudo recente indica que, no mundo todo, mais de 3 mil experiências referenciam o orçamento participativo criado no Brasil. Então, essa questão é muito importante.”

Uma das explicações para a descontinuidade dos orçamentos participativos, segundo o professor Wagner Romão, é que toda pessoa resolve participar se receber algum retorno. Se o espaço de participação chamar a atenção. “As pessoas precisam perceber a importância daquela prática cidadã, caso contrário elas não vão ou não retornam para uma segunda experiência.”

O debatedor acrescentou, ainda, que as

gestões precisam desenvolver formas, técnicas e mecanismos de aproximação. Segundo ele, se as pessoas se sentirem mal, no espaço, dificilmente voltarão. “Se o cidadão entender que foi enganado, que participou, falou, demandou e não foi ouvido, se a ele for feita uma promessa e não for cumprida, ele também não voltará ao espaço.”

Para o professor de Ciência Política, os conselhos precisam perceber o potencial que possuem, pois só assim, apesar de prática difícil, conseguirão o enraizamento e a garantia de participação nas tomadas de decisão.





A Volta da Fome no Brasil

José Graziano da Silva

Engenheiro Agrônomo, Ex-Ministro de
Segurança Alimentar e Combate à Fome

Daniel Carvalho de Souza

Documentarista, Presidente do Conselho
Deliberativo da ONG Ação da Cidadania

Ricardo Coutinho

Moderador

Com a moderação do Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, o Pense Brasil de 7 de dezembro de 2020 tratou da volta da fome no Brasil. Para o debate, foram convidados o Ex-Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, e o Documentarista Daniel Carvalho de Souza, Presidente do Conselho Deliberativo da Organização Não Governamental (ONG) Ação da Cidadania.

Ao introduzir o tema, Coutinho mostrou sua indignação com o fato de a mesma humanidade que vai à lua; retira petróleo há 7 mil metros de profundidade; tem dominado a física quântica; e evoluído tecnologicamente em velocidade surpreendente, ainda não resolveu a questão da fome em vários lugares do mundo. No caso do Brasil, acentua a gravidade o fato de o problema ter retornado à pauta depois de desacertos nas políticas sociais e econômicas. O mesmo governo que anunciou, descaradamente, que a tipagem genética para pessoas com HIV e com hepatite foi suspensa porque, simplesmente, a licitação caducou. O descontrole da gestão assumida em 2019 está precarizando a vida do brasileiro.

Ao iniciar sua fala, José Graziano lamentou a volta do Brasil ao mapa da fome. Relatou que foram precisos dez anos de ações setorializadas para eliminar o problema no País e, em cinco anos, o retrocesso mostra-se evidente. “Tomando por base os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devemos ter cerca de 15 milhões de pessoas passando fome, hoje, no Brasil.” O Ex-Ministro explicou que, com a pandemia, esse número deve ter se agravado substancialmente. “Só não agravou mais devido ao auxílio emergencial, mas a perspectiva de retirada do benefício, ou mesmo a redução do montante a ser transferido pela metade, elevará, com certeza, esse indicador da fome.”

Do lado oposto à falta de alimento, consequên-

cia da má qualidade do que se come, tem o fator da obesidade. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, em setembro de 2019, 27% da população de adultos apresentava-se obesa. “Sem falar das crianças, o que é ainda mais preocupante”, alertou Graziano. A obesidade no público infantil afeta o desenvolvimento intelectual e motor. “Dois de cada três brasileiros na atualidade tem sobrepeso. Temos 62% da população brasileira com sobrepeso, principalmente mulheres, o que também compromete o problema da fertilidade e da reprodução humana”, explanou o Ex-Ministro.

Para explicar essa realidade, José Graziano referiu-se ao desmonte das políticas de segurança alimentar nos últimos governos. No caso da gestão iniciada em 2019, a extinção do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) foi o ponto alto do descompromisso. O conselho respaldava a formulação das políticas públicas e a mobilização das ações da sociedade e do setor privado nesse particular do combate à fome

Segundo o Ex-Ministro, o Consea era fundamental porque, para ele, quem acaba com a fome não é um governo, é a sociedade, ao decidir eliminar o problema. “Precisamos ter isso muito claro”, reiterou o debatedor.

Para Daniel Carvalho de Souza, o que, de fato, permitiu ao Brasil sair do mapa da fome, em 2014, foi a vontade política do governo, que concentrou estrutura, recurso e capilaridade para investir no combate à fome. “Por meio dos diversos programas e ações, nós conseguimos sair do mapa da fome em 2014”, enfatizou o filho de Betinho de Souza.

Ao refletir sobre a realidade política atual do Brasil, Daniel concluiu que, além da falta de vontade política, observa-se, no Brasil e no mundo, um negacionismo muito influente. “Não é possível aceitar que, ao negar um fato, uma realidade, o governo considere o bastante para que essa

realidade não exista. No caso do Brasil, o governo está negando a pandemia, as queimadas, a existência da fome e, assim, acredita que está fazendo um bom governo, principalmente no sentido de punir quem, de alguma forma, contradiz ou apresenta alguma informação contra esse governo”, falou Daniel, quase como em um desabafo.

Esse modelo de gestão que nega os problemas, comum também nos Estados Unidos, é a pior forma de alienação. Veda qualquer possibilidade de implementação de políticas públicas eficientes; divide a população; e cria um estado de dúvida prejudicial para a convivência social.

Para todos os que compõem a ONG Ação da Cidadania, felizmente, no Brasil que falta vontade política, está sobrando solidariedade. Depois de dez anos sem precisar fazer o Natal Sem Fome, a ONG retomou o projeto em 2017 e o realizou sucessivamente em 2018 e 2019. Mesmo na dúvida se contaria com a adesão da sociedade, de artistas e empresas, o grupo de Daniel de Souza foi para as ruas com o projeto, e a mobilização foi um sucesso. “Apesar da crise, em todos esses anos, intensificada em 2020 com a pandemia, a solidariedade continua como um dos maiores ativos da população e da sociedade brasileira”, declarou o debatedor. De março até setembro de 2020, a ONG arrecadou mais de 7 mil toneladas de alimentos e os distribuiu em todo o País.

Ricardo Coutinho aproveitou a abordagem feita por Daniel Carvalho de Souza sobre o negacionismo como uma forma de fazer a gestão pública e acrescentou a questão da vacina contra a Covid-19. “Já é inaceitável você não ter um plano, depois de ter morrido mais de 180 mil pessoas oficialmente, e se sujeitar a um debate negacionista sobre a vacina, assistir ao boicote estabelecido é algo terrível”, asseverou o presidente da FJM.

Com a proposta de provocar os debatedores, Coutinho referenciou a obra de José de Castro –

“Geografia da Fome” – publicada em 1946 e atualizada em sucessivas edições. “Cinquenta e quatro anos depois, a partir da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, a erradicação da fome e da miséria passou a integrar com prioridade todas as agendas globais de desenvolvimento sustentável. Como avaliar essa permanência de longa data do problema na agenda do planeta?”

José Graziano foi o primeiro a responder à pergunta do moderador e, ao retomar a obra “Geografia da Fome”, avaliou duas contribuições importantes deixada por seu autor. “Primeiro, foi mostrar que a fome não era um problema natural, mas uma questão social. Não acontecia porque Deus não mandava chuva. E essa é a segunda contribuição. Tanto que ele mostrava que tinha mais fome na zona da mata, no engenho, do que no sertão, com a seca. Então, não era um problema associado à seca e, nesse sentido, não poderia ser considerado natural.”

Ainda sobre a atuação de José de Castro, Graziano comentou sobre outro livro, escrito dez anos depois, em que o pernambucano procurou mostrar como a fome se distribuía no mundo e evidenciou que, no Brasil, as práticas eram muito similares às que aconteciam na África e nos países do sul, de maneira geral.

Para intensificar sua fala, Graziano diferenciou apetite, de fome, citando sua avó. “Quando a gente chega na hora do almoço e diz: ‘Vovó, estou com fome!’ Isso não é fome. A fome é uma coisa que degrada o ser humano, a fome mata, define.” Na sequência, reiterou que “a fome é uma coisa oculta na nossa sociedade, é parte dos nossos preconceitos, do nosso racismo, das nossas formas de esconder coisas. Não é explícito.”

Para o Ex-Ministro, tornar o problema da fome público é um passo importante para o enfrentamento. “Garantir o direito do cidadão em ter uma

alimentação saudável, não é uma invenção, é um direito constitucional. Não é um problema das pessoas, da mãe, ou das famílias, é um problema da sociedade, é um problema público.”

Daniel de Souza retrocedeu, historicamente, para antes de 1946. Lembrou de um documentário que produziu intitulado Histórias da Fome no Brasil e revelou alguns dados que o impressionaram, ao longo da pesquisa. “Entre 1877 e 1917, 600 mil pessoas morreram de fome e de sede neste País. Em 1932, no Ceará, foi construído um campo de concentração para confinar 16 mil flagelados que tentavam chegar a Fortaleza, fugindo da seca.”

Para o documentarista, desde aquela época, a culpa era sempre atribuída ao outro, ou era da natureza ou era de Deus, quando não, dos dois; ninguém responsabilizava a inexistência de propostas da sociedade e dos governos.

A Ação da Cidadania foi criada, segundo Daniel, logo após a divulgação de que 32 milhões de pessoas, no Brasil, estavam abaixo da linha da pobreza. “Esse foi o dado que juntou Betinho, dom Mauro e vários outros representantes da sociedade para agir”, complementou o debatedor.

Naquele momento, a sociedade estava mobilizada em prol do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Era um período de mudança e, de acordo com avaliação de Daniel de Souza, a vontade política do Presidente recém-empossado, Itamar Franco, de colocar o novo governo e sua estrutura para iniciar o combate à fome foi muito importante para o movimento que acabava de nascer.

Sobre o Brasil, Daniel constatou dualidades, ao conceber que, em alguns momentos, o País se apresenta como referência para o mundo, como foi com o programa Bolsa Família, quando o País saiu do mapa da fome. “Várias delegações estrangeiras vieram ao Brasil para saber como estávamos atuando. Já mostramos que é possível combater a fome de uma

forma concreta, estrutural. Já provamos que não é mágica, que não é milagre, que não é impossível. Aí, o País volta a ocupar um lugar no mapa da fome.”

Insistindo em sua tese, até 2022, o debatedor não acredita que algo será feito com o intuito de erradicar a fome, por falta de vontade política e mesmo de entendimento da gravidade do problema. “Na minha opinião, é um crime passível de você levar para a Corte de Haia o fato de a fome estar sendo negada, o fato de tantas pessoas estarem passando por uma situação de miséria.”

No interior da Ação da Cidadania, a equipe afirma que, quando a pessoa não tem o que comer, é porque todo o resto também lhe foi negado. Essa pessoa também não tem acesso à educação, saúde, segurança, cultura.

Ao aprofundar o tema da fome, Ricardo Coutinho apresentou como elemento para o debate a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que proporcionou o financiamento de diversos projetos individuais e coletivos, gerando renda direta aos agricultores e, principalmente, viabilizando a produção para aqueles que estavam assentados pela reforma agrária.

Outra iniciativa mencionada pelo Presidente da FJM, para subsidiar o debate, foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo o Ex-Governador da Paraíba, em 2014, o recurso disponibilizado pelo governo federal era de aproximadamente R\$ 800 milhões. Na gestão de Michel Temer, esse valor foi reduzido para R\$ 32 milhões.

Provocado pelo moderador, José Graziano da Silva afirmou que a agricultura familiar é valorizada em todo o mundo por ser a prática que coloca os produtos na mesa do povo. “O mundo tem algo em torno de 500 milhões de produtores, 95%, ou mais, deles, são produtores familiares. Pequenas unidades, em geral, que produzem parte da sua própria sobre-

vivência e vendem um excedente para o mercado. No Brasil, já temos uma agricultura familiar mais modernizada, dedicada exclusivamente à comercialização, venda para o mercado”, acrescentou o Ex-Ministro, para quem tratar igualmente os desiguais é um problema que agrava ainda mais as desigualdades.

José Gaziano referiu-se a essa sentença para explicar a impossibilidade de uma política única para a agricultura. “Nós falamos do agro, do genérico, como se todos fossem iguais. O grande produtor e exportador de soja e o pequeno produtor de feijão, aí na Paraíba; em Irecê, na Bahia, não são iguais, eles são diferentes, precisam de políticas diferenciadas”, sentenciou o debatedor.

Com a pandemia, muitos produtores estão enfrentando problemas que se acumulam. O fechamento das feiras livres, dos mercados, dificultou a comercialização dos produtos. “Mesmo algumas [Centrais de Abastecimento] Ceasas tiveram restrições na comercialização de frutas, verduras e legumes, principalmente no início da pandemia, quando não se tinha muito claro como se dava a transmissão do vírus.”

A internet tem sido uma ferramenta fundamental, para a sobrevivência dos negócios, em especial, para vendas no modelo *delivery*. No caso dos pequenos produtores, localizados em lugares sem qualquer possibilidade de acesso a essa tecnologia, as dificuldades são acentuadas. “Essa falta de tratar de forma diferente o rural, o pequeno produtor, com crédito diferenciado mais fácil, com assistência técnica e, principalmente, com acesso ao mercado. Isso era resolvido pelo PAA. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ia lá comprar do produtor, ia lá no sítio dele e comprava o pequeno volume que ele tinha disponível e armazenava, fazia estoques reguladores.”

Para José Graziano, é inacreditável ver um país

que exporta para o mundo todo estar sem feijão, sem arroz, para abastecer a sua própria população. “Chegamos ao cúmulo de importar soja, depois de mandar tudo para fora. A falta de planejamento, a falta de estoques, de passagem das safras, é algo primário em política pública.”

Daniel de Souza referiu-se a outro filme que produziu para dar exemplos. O documentarista registrou um conjunto de ações mostrando como o Brasil ajuda o pequeno agricultor; o efeito do Bolsa Família e como o programa faz com que as crianças sejam mantidas na escola; como a comida chega para a população escolar por meio da oferta de merenda; os benefícios do programa das cisternas. “O que me entristece não é só que a gente já teve tudo isso, que já provou que isso não é só importante, como fundamental em todos os sentidos, mas o que me entristece é que a gente desmontou isso nos últimos anos, começando com o Governo Temer e aprofundando agora neste governo.”

Ao concluir, Daniel de Souza reiterou que, em 2021, a fome estará muito pior. Para ele, mesmo com vacina, será inevitável a retomada do ciclo de miséria e fome. Mesmo não sendo dado oficial, o debatedor arriscou alguns números com base em suas experiências de campo. “O nosso cálculo é o seguinte: se a gente tinha mais de 85 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar, em 2018; em 2020, com a pandemia, não tenho dúvida de que a gente ultrapassou 100 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar.”

Para enfatizar a precariedade da situação do País, Daniel de Souza asseverou que, talvez, se não tivesse a pandemia, o brasileiro estaria na rua, protestando. “Mas a verdade é que as coisas estão acontecendo e o Brasil está descendo a ladeira. E, para subir de novo, pelo menos no que diz respeito à fome e miséria, vão ser necessárias décadas de investimento. Porque, antes de melhorar, ainda vai

piorar muito, nos próximos anos e isso, realmente, é responsabilidade deste governo.”

Ao ser questionado por Ricardo Coutinho sobre a continuidade do auxílio emergencial, Daniel de Souza ponderou quanto aos interesses políticos do Governo que, para ganhar as eleições em 2022, terá que se aproximar da população. Talvez essa motivação seja o suficiente para reverter o anúncio de diminuição do valor e desejo total de paralisação dos repasses emergenciais. Caso contrário, seguiu o debatedor, “para a população que já está numa situação muito ruim, se, de fato, não tiver auxílio emergencial, aí será o caos social, porque vamos passar a ter 150 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar.”

José Graziano, ao contrário de Daniel de Souza, não acredita na reedição do auxílio emergencial, nem mesmo por motivação política, pautado nos debates que estão ocorrendo no interior do governo e a limitação do teto imposta por lei. Referindo-se à insegurança alimentar, que é um campo estendido do combate à fome, a projeção do Ex-Ministro, caso o governo não promova o auxílio emergencial, é que o número do IBGE, de 40 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada, ou grave, salte para algo na ordem de 65 milhões. “Nós teremos 65 milhões à beira da fome, na miséria. O que isso significa? Como aí estão as famílias mais pobres, as crianças, grande parte das famílias mais pobres têm mais crianças do que as mais ricas, nós, na verdade, perpetuaremos a desigualdade”, concluiu o debatedor, com pouca esperança de acertos do Governo atual.

Ao encaminhar para o final da edição do *Pense Brasil*, o moderador Ricardo Coutinho solicitou uma

fala de perspectivas, em especial, focada na análise de realidade sobre a possível criação de uma agenda comum que promova a união da sociedade e dos partidos políticos para uma reviravolta do cenário atual.

José Graziano foi o primeiro a falar e enfatizou que atualmente, o tema que unifica, é a ideia de juntar uma alimentação saudável com uma produção sustentável. “Essas dimensões: alimentação, saúde e o meio ambiente, têm que compor uma agenda única. E é em torno dessa agenda que deveríamos tentar estabelecer os consensos”, ponderou o Ex-Ministro.

Para explicar melhor, Graziano colocou que o Brasil tem commodities sobrando: Arroz, soja, trigo, milho, batata, mas estão faltando frutas, verduras e legumes. Produtos de proximidade, de produção local, circuitos curtos de produção. “Essa agenda tem que ser unificadora, é essa agenda que nós temos que procurar mobilizar a sociedade em torno de comer melhor, comer uma alimentação saudável, mas defender que essa alimentação seja produzida de forma sustentável. E isso tem uma sensibilidade.”

Daniel de Souza seguiu defendendo um alinhamento da sociedade. Para ele, é preciso resistir ao que está posto. “Precisamos articular para resistir”, disse o documentarista.

A exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos com a derrota, nas urnas, de Donald Trump, deverá, na expectativa de Daniel, ocorrer no Brasil também. “As pessoas e os políticos que estavam totalmente alinhados com o Bolsonaro e que, em função das suas políticas e ações, seja em relação à Covid, ou a diversos fatos, não o reelegerão”, sentenciou o debatedor.

Capa em papel Couche Brilho LD 210 g/m em 4x4 cores.
Miolo: Couche Brilho 115 LD g/m em 4x4 cores.
Grampeado. Tiragem: 3.000 unidades

Qualidade Gráfica e Editora

Polo JK - Trecho 01 - Conjunto 03 - Lote 06 - Santa Maria
Brasília - DF | CEP: 72.549-515
Tel.: 61 3386-5199 | www.qualidadedef.com.br
qualidade@qualidadedef.com.br

“
NÃO
vamos
desistir
do **Brasil**”

